

CARTA ABERTA DOS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Brasília, dezembro 2010

Diante do momento atual de transição política, os Fóruns Educação de Jovens e Adultos vem, por este documento, manifestar algumas de suas proposições e o faz amparado em uma trajetória de debates e lutas sustentadas num conjunto amplamente diverso e representativo de articulações.

Os Fóruns de EJA, criados a partir de 1996, hoje presentes nos 27 estados e no Distrito Federal, organizados em pelo menos 89 Fóruns Regionais envolvem pessoas, entidades e instituições: gestores públicos e privados; conselhos de direitos; instituições de ensino superior; setor empresarial; movimentos sindicais, sociais e populares; organizações não-governamentais, educadores e educandos. A articulação interna se dá a partir dos 27 representantes estaduais e coordenação colegiada nacional. O esforço destes coletivos tem provocado uma intervenção mais orgânica na construção da política pública de EJA que se constituiu pauta permanente na sociedade brasileira.

O Governo Federal, provocado pela UNESCO, mobilizou nos anos de 1996 e 1997 agentes da Educação de Jovens e Adultos para a preparação da V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada na cidade de Hamburgo, Alemanha. Desde então, surge um movimento que busca manter a aglutinação desses agentes. Contudo, o ano de 2003 constitui-se como referência na construção de um canal de diálogo sistemático com o governo federal, que vem reconhecendo os Fóruns de EJA como interlocutores na construção da política de EJA.

Outro momento importante para retratar esse histórico de interlocução foi o processo de preparação para a VI CONFINTEA no ano de 2008, no qual os Fóruns de EJA, em parceria com o Ministério da Educação, produziram o Documento Nacional Preparatório para a VI CONFINTEA. Fortalecidos por este processo, os Fóruns participaram dessa Conferência, o que levou o Brasil a tornar-se uma referência internacional pela diferenciada forma de mobilização social.

O avanço do debate das questões relacionadas à EJA decorre também da manutenção e aprofundamento dos espaços de escuta, troca e formulação que vem se consolidando por meio da realização de Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJAs, desde 1999, dos Seminários Nacionais de Formação de Educadores, a partir de 2006, com a presença de representantes da SECAD.

Além dessas atividades, reuniões técnicas periódicas têm sido promovidas pela SECAD/MEC com os representantes estaduais dos Fóruns e importante apoio tem sido garantido pela viabilização do espaço virtual do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil – www.forumeja.org.br.

Os Fóruns de EJA do Brasil estão presentes, por meio de sua representação, na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA e Comissão Nacional de Economia Solidária e em outros fóruns nos estados da federação.

Em 2008, o Ministério da Educação instituiu as Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA e vem, desde então, contando com a significativa participação dos Fóruns nas Agendas estaduais.

Algumas ações do governo brasileiro para a EJA são reconhecidas como avanços: a criação da SECAD possibilitou a assunção da pauta da diversidade dos sujeitos na agenda da EJA, a inclusão da EJA no FUNDEB, mesmo sem garantir a isonomia. Entretanto, esses avanços são insuficientes para responderem de maneira satisfatória as demandas do público de EJA, conforme aponta análise constante do relatório final do XI ENEJA (2009):

O Estado brasileiro, como um governo de coalizão, tem implementado políticas públicas reparadoras e compensatórias que ainda não garantem a inclusão de todos(as), fazendo-se necessário a ampliação de políticas estruturantes com vistas a equidade.

A política educacional brasileira, que é executada em regime de colaboração entre as três esferas públicas, e em particular a educação de jovens, adultos e idosos da classe trabalhadora, tem sido marcada muito mais pela continuidade (sic) do que pela descontinuidade (ruptura), por parte principalmente dos estados e municípios, que são responsáveis pela implementação da Educação Básica. Ao tomarmos como base, por exemplo, os recentes dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) sobre o analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade, identificamos que em 10 anos, 1997-2007, o Brasil saiu de 14,7% para 10,1%, e que de 2008 para 2009 esse índice caiu 0,1%, apresentando 14 milhões de analfabetos.

A média nacional de anos de estudo aumentou de 6,9 para 7,1 anos. Contudo, se desdobrarmos essa análise para os mais pobres, para as regiões norte e nordeste, para a população negra e para a população do campo, esses índices caem drasticamente, exprimindo a necessidade de uma análise crítica na sua totalidade para pensar, formular, implementar e avaliar as políticas públicas para a educação de jovens, adultos e idosos.

Nesse período, ainda, a taxa de analfabetismo funcional, na média nacional, caiu de 21,8% para 21,0%, mas se desdobramos essa análise para o espaço rural, por exemplo, vamos ter um percentual para mais de 45%. Isso evidencia um processo lento de enfrentamento a uma problemática social que requer uma política de Estado, por parte dos estados e municípios de forma urgente e estruturante.

A realidade constatada ainda impõe a necessidade de que o Governo Federal defina a EJA como prioridade na agenda política nacional, numa perspectiva intersetorial, rompendo cada vez mais com a concepção de educação de jovens e adultos elaborada no bojo das reformas neoliberais do Estado e da educação, cuja execução se materializa no desenvolvimento de fragmentadas ações/experiências desenvolvidas sob a lógica da

parceria “conciliatória” e no desenvolvimento de programas, em geral, pulverizando recursos e sobrepondo ações.

Nesse sentido, os programas e projetos atuais devem ser reavaliados, de modo a se constituírem políticas públicas de Estado, com efetividade social, para reversão do cenário apresentado.

Os Fóruns de EJA reafirmam seu compromisso com a luta pela garantia da efetivação da educação como direito de todos e dever do Estado e, para tanto, propomos que se cumpra as proposições e deliberações da CONAE, Documento Brasileiro Preparatório à VI CONFINTEA, dos ENEJAS e SNF, Marco de Ações de Belém.

REPRESENTANTES DOS FÓRUNS DE EJA DO BRASIL